

**A AÇÃO DO ESTADO NA INSERÇÃO DO AGRODIESEL EM SERGIPE:
RESISTÊNCIA E SUBORDINAÇÃO NO ASSENTAMENTO JACARÉ-CURITUBA**

**THE STATE'S ACTION IN THE ISERT OF AGRODIESEL IN SERGIPE:
RESISTANCE AND SUBORDINATION IN THE SETTLEMENT JACARÉ-CURITUBA**

**LA ACCIÓN DEL ESTADO EN LA INSERCIÓN DEL AGRODIESEL EN SERGIPE:
RESISTENCIA Y SUBORDINACIÓN EN EL ASENTAMIENTO JACARÉ-CURITUBA**

Eraldo da Silva Ramos Filho
Universidade Federal de Sergipe
Professor do Núcleo de Pós-graduação em Geografia
Coordenador do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos
Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
eramosfilho@pq.cnpq.br
Rua João Ouro, 101, Edf. Serra dos Oiteiros, apto. 902 – Bairro Jabotiana
Aracaju – Sergipe – CEP: 49095-180

RESUMO

Esta é uma contribuição aos estudos da questão agrária atual a partir da discussão do controverso processo de expansão dos agrocombustíveis em Sergipe, Brasil. O objetivo é demonstrar empiricamente as formas de monopolização do território camponês pelo agrohidronegócio do agrodiesel, com a mediação do Estado. O lócus desta investigação foi o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Jacaré-Curituba, localizado nos municípios de Poço Redondo e Canindé do São Francisco, Sergipe, tendo em vista sua centralidade na implantação do agrodiesel nesta unidade da federação.

Palavras chave: Agrocombustíveis; Assentamento de reforma agrária; Campesinato; Estado.

ABSTRACT

This is a contribution about the actual agrarian question studies from the discussion of the polemics process of agro-fuels expansion in Sergipe, Brasil. I purpose to demonstrate empirically the forms of monopolization of peasant territory by the agro-hydro-business of agrodiesel, with the mediation of the State. The locus of this research was the Project of Settlement of Agrarian Reform Jacaré-Curituba, located in the counties of Poço Redondo and Canindé do São Francisco, Sergipe, considering their centrality in implanting of the agrodiesel in this unite of federation.

Keywords: Agro-fuel; Settlements agrarian land; Peasant; State.

RESUMÉN

Esta es una contribución a los estudios de la cuestión agraria actual a partir de la discusión de del polémico proceso de expansión de los agrocombustibles en Sergipe, Brasil. Mi objetivo es



demonstrar empíricamente las formas de monopolización del territorio campesino por el agrohidronegocio del agrodiesel, con la mediación del Estado. El locus de esta investigación fue el Proyecto de Asentamiento de Reforma Agraria Jacaré-Curituba, ubicado en los municipios de Poço Redondo y Canindé do São Francisco, Sergipe, teniendo en vista su centralidad en la implantación del agrodiesel en esta unidad de la federación.

Palabras-clave: Agrocombustibles; Asentamiento de reforma agraria; Campesinado; Estado.

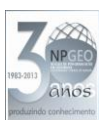
1 INTRODUÇÃO

Desde as revoluções industriais realizadas nos séculos XVIII e XIX o modo de produção capitalista vem realizando sua reprodução ampliada a partir da exploração do trabalho e apropriação privada do trabalho excedente, do aprofundamento da técnica, da difusão do consumo conspícuo como padrão societário e da busca do domínio dos recursos naturais e energéticos. Se a chave do funcionamento do sistema reside na realização do ciclo do capital, é também estratégico garantir a oferta abundante de recursos energéticos que garantam a produção, a distribuição, circulação e o consumo. O capital na busca por controlar todas as dimensões da existência também converteu a energia em mercadoria, seja sob a forma de alimentos, recursos fósseis, calor solar, força motriz hidráulica e eólica, seja aquela derivada da agricultura.

Nas últimas décadas, os sinais de esgotamento do sistema do capital têm sido ainda mais evidentes. No bojo de sua crise estrutural residem, também, os impactos do domínio predatório sob a natureza cujos efeitos são implacáveis. Como busca de solução, verifica-se ênfase nos discursos e ações de governos, intelectuais, empresas capitalistas, organizações não governamentais, forte apelo à necessidade de mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Se por um lado os acordos internacionais de redução de emissões dos gases de efeito estufa não avançam, por outro se difunde a necessidade de adoção de fontes de energia renováveis e limpas.

Atualmente, cerca de 80% do consumo mundial de energia provém dos recursos fósseis. Estudo recente demonstrou que, em 2006, o petróleo, o gás e o carvão mineral eram responsáveis por, respectivamente, 35%, 23% e 21% da energia consumida mundialmente. Estima-se que mantendo os níveis atuais de consumo, as reservas conhecidas desses recursos deverão esgotar-se, respectivamente, em 40, 60 e 200 anos (HOUTART, 2010, p. 44). Esta é uma grave preocupação para os principais centros econômicos do planeta.

Os Estados Unidos da América consomem um quarto do petróleo mundial, possuem apenas 3% das reservas mundialmente conhecidas e dependem da importação de 75% do petróleo



consumido (HOUTART, 2010, p. 44). Este cenário permite-nos a identificar as motivações das ações geoestratégicas imperialistas adotadas no Oriente Médio e em outras zonas do globo. Estes eventos evidenciam possíveis cenários futuros de intensificação da conflitualidade entre Estados-Nações com o acirramento da crise energética.

O discurso neoliberal tem propalado como saída para a crise energética investimentos para a expansão do modelo de agricultura produtivista que cultive matérias primas voltadas à elaboração de agrocombustíveis. Todavia, para Houtart (2010) os agrocombustíveis configuram-se como uma tática do capital na busca pela saída da sua crise estrutural, perspectiva que dialoga com Harvey (2005) quando afirma que em cenários de sobreacumulação de capital, o Estado desencadeia processos de produção do espaço que (re)criam as condições de promoção de formas lucrativas de absorção de excedentes de capital, muitas vezes exigindo a expansão geográfica e a reorganização espacial (HARVEY, 2005, p. 78).

Verifica-se o deslocamento de capitais para os países do Sul na busca pela exploração dos recursos naturais (terra, água, minérios, etc.) cuja valorização é definida pelo setor financeiro e homologada pela Rio +20, no âmbito da economia verde, fundada em ativos dos mercados de carbono. Por isso verificamos a corrida de corporações transnacionais e especuladores para investir na compra de terras em diferentes países do mundo, seja para garantir reservas de valor, especular com os alimentos no mercado financeiro, produzir grãos para exportação e/ou para a produção dos agrocombustíveis. Decorre deste movimento reconfigurações no uso das terras agricultáveis e a intensificação das disputas territoriais por modelos de desenvolvimento fundamentados na reprodução ampliada do capital ou na reprodução ampliada do trabalho familiar camponês.

Em um processo de ajustamento das ações políticas internas às imposições de reprodução ampliada e expansão geográfica mundializada do capital, o Brasil publicou o documento “Plano Nacional de Agroenergia (2006 – 2011)” (MAPA, 2006), estruturado em 5 eixos principais: pesquisa em agroenergia; planejamento de parcerias estratégicas para o avanço da agroenergia; criação da Embrapa Agroenergia; promoção de um mercado dos agrocombustíveis e outras ações de governo.

Este documento é um marco referencial para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos agrocombustíveis no país. Norteia as ações de governo no nível federal e influencia aquelas nos níveis estaduais e municipais. Suas diretrizes difundem o incentivo ao agrohidronegócio mediante o financiamento à produção, pesquisa e desenvolvimento, construção e controle de um mercado global de agrocombustíveis, como a garantia de retomar o

desenvolvimento do Brasil e mais recentemente, como instrumento importante de combate à pobreza e à miséria, resumida à possibilidade de geração de empregos.

A única forma prevista de inserção da agricultura camponesa neste projeto é mediante a subordinação da sua produção ao agrohidronegócio mundializado, seja fornecendo cana de açúcar e/ou oleaginosas para as indústrias energéticas, seja arrendando suas terras para os capitalistas. Observa-se que as políticas de agrocombustíveis no Brasil ocorrem em dois ramos: a produção de etanol derivada da cana de açúcar e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), sendo este caracterizado como objeto de análise deste artigo.

Partimos do pressuposto que o desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo e na cidade se dá de forma desigual e contraditória. Sua expansão ocorre mediante a realização da sua contradição estrutural, ao mesmo tempo em que promove a expansão das relações de produção capitalistas, destrói as relações de produção não capitalistas, e, contraditoriamente, recria no mesmo momento histórico, mas, em frações distintas do território, as relações de produção não capitalista que possam ser subordinadas ao seu controle.

Oliveira (1997) analisou dois movimentos geográficos no campo, quais sejam: a territorialização do capital monopolista no campo e a monopolização do território camponês pelo capital monopolista. O primeiro processo decorre quando uma empresa do agrohidronegócio expande os limites da(s) sua(s) fazenda(s) e no processo produtivo da matéria prima agrícola intensifica a exploração dos trabalhadores, sejam estes permanentes ou temporários. Busca-se a produção de valores de troca e apropriação do lucro extraordinário permanente possibilitado pela renda da terra. A monopolização do território camponês é quando o capital apesar de não expropriar a família camponesa da terra e instrumentos de trabalho, subordina a renda territorial da unidade de produção familiar.

Diante do exposto, neste artigo discuto o curso deste processo de expansão do controverso circuito dos agrocombustíveis em Sergipe. A partir dos registros empíricos da introdução do agrodiesel no Estado, objetivo demonstrar empiricamente as formas de monopolização do território camponês pelo agrohidronegócio do agrodiesel, com a mediação do Estado. O lócus desta investigação foi o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Jacaré-Curituba, localizado nos municípios de Poço Redondo e Canindé do São Francisco, Sergipe, tendo em vista sua centralidade na implantação do agrodiesel nesta unidade da federação.

Esta é uma contribuição aos estudos da questão agrária atual, que contou com apoio financeiro da Coordenação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) e da

Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC), e que está estruturada em seis sessões ademais desta introdução. Na primeira realizou-se um esforço de delimitação conceitual de agroenergia, biocombustível e agrocombustível, para nas sessões segunda e terceira situar as diretrizes centrais e formas de estruturação, respectivamente do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) no Brasil e seu arranjo em Sergipe. Na quarta sessão remeto o leitor a uma análise dos processos de conquista do projeto de assentamento Jacaré-Curituba e a intervenção contraditória do Estado no desenvolvimento territorial desta área. Na quinta parte discuto o processo de monopolização do território camponês pela indústria do agrodiesel e por fim, exponho as considerações finais de forma a convidar o leitor para uma profícua leitura.

2DELIMITAÇÃO CONCEITUAL DE AGROENERGIA, BIOCOMBUSTÍVEL E AGROCOMBUSTÍVEL

Há uma polissemia, que longe está de ser neutra, para conceituar os combustíveis derivados da agricultura: agroenergia, biocombustível, agrocombustível. Faz-se importante recuperar estas acepções, pois não se tratam de simples termos, orações ou substantivos. Esta diferenciação corresponde a conceitos delimitados a fim de possibilitar construções teóricas que contribuem para análise e materialização da realidade, uma vez que eles pressupõem modelos de desenvolvimento que se articulam com o papel que cumprem os sistemas agroalimentares e os modelos pautados nas matrizes conceituais de segurança alimentar ou soberania alimentar.

A agroenergia é todo combustível derivado da biomassa. Resulta da energia solar contida nas plantas ou grãos, e é produzida desde os procedimentos agropecuários os quais, após sua conversão em combustíveis sobre a forma de álcoois ou óleos, podem ser utilizados na queima que possibilita a movimentação dos motores industriais, automobilísticos, geradores de eletricidade, aviões e equipamentos domésticos. Logo, os fatores de produção fundamentais para a agroenergia são: terra, água, trabalho e tecnologia.

Os órgãos de governo utilizam este conceito para agrupar os diferentes combustíveis que podem ser produzidos pela a agropecuária como os álcoois, óleos vegetais e gás. É um conceito

aglutinador, pouco disputado, que indica mais a origem e menos o modelo de produção do combustível. No seu interior cabe o etanol, o agrodiesel e o biogás.

O etanol, propalado como o possível substituto da gasolina, é um álcool produzido pela fermentação do açúcar simples, de plantas ricas em amido ou lenhosas. As fontes de matéria para sua fabricação podem ser: cana, beterraba, milho, trigo, cevadas, girassol, sorgo açucarado, batata, mandioca, cereais, madeira, palha, etc.

O agrodiesel é um éter de óleo vegetal, resultante da reação química entre o álcool e óleo, pode ser produzido a partir de um grande número de plantas, cujo rendimento varia de uma planta para outra como soja, algodão, mamona, dendê, canola, girassol, mamona, amendoim, *jatrofa cucas*, algas verdes, colza, linho, oliva, mostarda, sementes de uva, rícino, gergelim, buriti, amêndoa do coco, ervilhas, *pongamia pinnata*, *madhuca longifolia*, *moringa oleifera*, *cleome viscosa*, eucalipto, mategueira (*honey tress*), etc. (HOUTART, 2010, p. 132-137). O agrodiesel pode ainda ser produzido a partir de outras fontes como as gorduras animais (banha de porco, sebo ovino e bovino, gorduras ósseas) e gorduras residuais utilizadas em frituras de alimentos.

Biocombustíveis é o conceito que vem sendo utilizado pelos governos, corporações transnacionais e outros atores que defendem a difusão da agroenergia como uma alternativa resolutive ao esgotamento dos combustíveis fósseis, uma solução *sustentável* às mudanças climáticas globais e como fator de geração de renda. Contudo, os adeptos deste conceito defendem a produção no contexto dos sistemas produtivos agroindustriais extensivos, com intuito de controlar globalmente tanto os mercados consumidores, quanto a terra, a água, o trabalho e a política.

O prefixo “bio” significa “vida”, o que não condiz com o modelo produtivo e com os impactos decorrentes do modelo do agrohidronegócio. Este modelo de produção se fundamenta no lucro médio e na exploração do trabalho assalariado. Caracteriza-se pelo controle monopolístico da terra e expropriação dos camponeses e/ou da monopolização do território camponês, o qual determina os ritmos, as técnicas e a forma de realização do trabalho familiar, apropriando-se da renda capitalizada da terra. Dessa forma, ele contribui para a destruição da biodiversidade e expansão da artificialização da natureza.

O enfrentamento e a resistência dos movimentos sociais camponeses, notadamente aqueles organizados na Via Campesina, tem denominado este sistema de agrocombustíveis, uma vez que este modelo resume-se ao modelo do agronegócio mundializado, cujo processo produtivo e de distribuição planetária é petrodependente e artificializador dos sistemas agrários.

O conceito de biocombustíveis para os movimentos camponeses está relacionado aos modelos de produção de energia em sistemas familiares de produção, consorciados com agricultura diversificada, voltada ao abastecimento das necessidades dos agricultores, comunidades e/ou cooperativas e cooperados. Tem sido cada vez mais frequentes os esforços na produção de energia pelos camponeses com o objetivo de suprir todas as atividades da unidade de produção familiar, de maneira a garantir a soberania energética. Experiências bem sucedidas neste plano podem ser verificadas no norte do Rio Grande Sul, tanto por meio da COOPERBIO, ligada ao Movimento dos Pequenos Agricultores, como também através de procedimentos realizados pela Associação Nacional de Agricultores Pequenos da República de Cuba. Em ambas experiências verifica-se a necessidade de desenvolver novos conceitos como o de “alimergia” (LEAL, 2010) e o “finca agroenergética”, este desenvolvido no Projeto Biomass de Cuba, que pressupõem a produção de alimentos e energia para produzir mais alimentos.

3 O PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL (PNPB)

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) tem sua gênese nos estudos de viabilidade técnica e econômica do agrodiesel, realizados pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional, nomeado pelo então presidente Lula através do decreto de 2 de julho de 2003. Os resultados do estudo apontaram limitações e potencialidades da estruturação da cadeia do agrodiesel no Brasil e impulsionaram a criação do Programa, cujo marco regulatório e metas físicas foram lançados em 06 de dezembro de 2004 pela então ministra das Minas e Energia, Dilma Vana Rousseff (ROUSSEFF, 2004). O Programa é conduzido por uma Comissão Executiva Interministerial, sob coordenação do Ministério das Minas e Energia, participação de diversos ministérios e outras instituições como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Petrobrás, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O PNPB articula-se diretamente à governança global da sustentabilidade, às atuais formas de acumulação capitalista e ao combate à pobreza. Almeja contribuir com o atendimento do Brasil aos acordos internacionais de redução dos gases de efeito estufa mediante a ampliação e diversificação da matriz energética nacional a partir de fontes



consideradas limpas; persegue tanto a ampliação da produção nacional de agrodiesel com vistas à redução da dependência da importação deste derivado de petróleo, quanto a inserção do Brasil no mercado internacional de agrodiesel. Além disso, insere-se nas diretrizes do programa de Desenvolvimento Territorial Rural, mediante a inserção do segmento da agricultura familiar na cadeia produtiva do agrodiesel, meramente como segmento fornecedor de matéria prima.

Almeja-se estruturar a cadeia produtiva do agrodiesel a partir da utilização de diferentes plantas oleaginosas de acordo com as condições edafoclimáticas regionais (palma, mamona, soja, girassol, canola, pinhão manso, etc.), a gordura animal ou os óleos reaproveitados. Para tanto, o Estado atua incisivamente na criação e consolidação das condições necessárias à estruturação do negócio, criando dispositivos em diferentes dimensões, como: conhecimento científico e tecnológico, marco jurídico-legal, incentivos tributários, formação de mercado, logística, etc.

No tocante ao processo de produção da matéria prima e desenvolvimento tecnológico foi criada a Embrapa Agroenergia, sediada em Brasília, com a tarefa de produzir o conhecimento suficiente à estruturação do negócio, avaliar os riscos e apontar potencialidades. Ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) coube a tarefa da inclusão social, o grande mote propagandístico do PNPB. A focalização do programa é a participação dos agricultores familiares, possuidores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF), para introdução da produção de oleaginosas nos seus territórios policultores. Colhida a matéria prima, seu destino é a venda para corporações industriais que extraem o óleo e/ou fabricam o agrodiesel.

As usinas de agrodiesel quando utilizam determinados percentuais de matéria prima comprada do setor familiar, passam a ser consideradas pelo governo como promotoras do desenvolvimento regional, parceiras do combate à pobreza e, portanto, merecedoras de uma vantajosa recompensa, materializada no Selo Combustível Social, cuja metodologia de organização produtiva é denominada de Pólos de Biodiesel. A participação dos camponeses ocorre apenas na produção agrícola, justo o segmento da cadeia produtiva que os empresários e analistas consideram que mais onera o custo de produção do agrodiesel.

No discurso do governo, os agricultores participantes deste programa inserem-se em uma ordem de prioridade para acessar políticas públicas de desenvolvimento da agricultura, como crédito, assistência técnica, estímulo ao cooperativismo, capacitação, etc. Esta inserção

revela uma seletividade das políticas públicas que na sua essência deveriam ser universais, bem como também um conteúdo profundamente conivente com a difusão de conhecimentos e práticas produtivas consonantes com um modelo de agricultura convencional integrada ao agrohidronegócio.

Enquanto para os agricultores paga-se o preço da matéria prima oleaginosa *in natura*, para as usinas as *vantagens* vão desde descontos até a isenção de impostos na comercialização do agrodiesel, permitida pelo Selo Combustível Social (Quadro 1). Esses descontos variam entre as regiões brasileiras onde há mais pobreza, chegando à isenção no Norte e Nordeste, e no discurso do governo sobre a necessidade de maiores oportunidades de desenvolvimento regional. Outras *vantagens* oferecidas aos industriais são: 80% da cota de agrodiesel negociado nos leilões públicos para os detentores do Selo Combustível Social; melhores de condições de financiamento junto aos bancos envolvidos nos programa; uso do Selo Combustível Social para promoção da imagem e marca da empresa.

As usinas de agrodiesel após a fabricação do combustível dispõem de um cobiçado mercado, uma vez que ele é comercializado em leilões organizados pela ANP. Ao produto adquirido, destinado à Petrobrás Distribuidora, será misturado ao diesel mineral formando uma solução que será vendida aos postos de combustível e, posteriormente, aos motoristas consumidores.

Quadro 01. Tributos incidentes na produção de biodiesel

Biodiesel					Diesel mineral
	Agricultura familiar no Norte, Nordeste e semiárido com mamona ou palma	Agricultura familiar em geral	Agricultura intensiva no Norte, Nordeste e semiárido com mamona ou palma	Regra geral	
	R\$/litro	R\$/litro	R\$/litro	R\$/litro	R\$/litro
CIDE	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	0,07
PIS/COFINS	100% de redução em relação à regra geral (R\$ 0,00)	68% de redução em relação à regra geral (R\$ 0,07)	32% de redução em relação à regra geral (R\$ 0,151)	0,222	0,148
Somatório dos tributos federais	100% de redução em relação à	68% de redução em relação à	32% de redução em relação à	0,222	0,218

	regra geral (R\$ 0,00)	regra geral (R\$ 0,07)	regra geral (R\$ 0,151)		
--	---------------------------	---------------------------	----------------------------	--	--

Fonte: ROUSSEF, 2004.

Esse processo, trata-se de um lucrativo mercado integrado por cerca de 36.500 postos de combustíveis distribuídos em todo o país. Com a promulgação da Lei 11.097/2005 o governo escalonou a obrigatoriedade da adição do agrodiesel ao diesel mineral inicialmente na proporção de 2% (B2) até 2008, e estabeleceu a meta de atingir proporção de 5% (B5) em 2013 de acordo com a oferta do produto. Com o desenvolvimento do Programa o governo acelerou as metas, estabelecendo em 2009 a obrigatoriedade de adição de 4% e antecipou para 2010 a obrigatoriedade do B5, criando um mercado nacional de 2,4 milhão de litros por ano.

Portanto, para as corporações que operam o setor, a subordinação da produção de oleaginosas do setor familiar da agricultura representa possibilidades de reduzir custos de produção, especialmente no tocante aos tributos, e assim ampliar as possibilidades de arremates de cotas no leilão da ANP e auferir o Selo Combustível Social, para realizar uma espécie de marketing asséptico da marca.

4 O PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL EM SERGIPE

A dinâmica do agrocombustível do agrodiesel no estado de Sergipe é bastante recente. Registra-se seu princípio no ano de 2007 quando iniciaram os esforços para introduzir junto ao setor familiar o cultivo de oleaginosas. Convencer o campesinato da viabilidade deste novo sistema agrário tem sido uma tarefa árdua. Em um passado não muito distante, o então governador de Sergipe, João Alves Filho¹, propagandeou como solução para os problemas da agricultura camponesa a introdução do cultivo da mamona voltada à produção do agrodiesel e à garantia de compra do produto. Certo número de agricultores realizou os investimentos para o cultivo de

¹ João Alves Filho é empresário e político sergipano. Foi prefeito de Aracaju de 1974-1977, durante a ditadura militar. Foi governador de Sergipe para o mandato 1982-1987. Em 1987 assumiu o cargo de Ministro do Interior do governo de José Sarney. Exerceu outros mandatos de governador de Sergipe pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL) entre 1991-1994 e 2003-2006. Nas eleições de 2007, quando disputava o quarto mandato perdeu as eleições por sete pontos percentuais para o ex-prefeito Marcelo Déda. Após 4 anos no ostracismo, em 2012 retornou ao cenário político disputando as eleições municipais para prefeitura de Aracaju e conquistou o mandato que se dará entre 2013-2016. João Alves Filho representa um dos campos mais conservadores da política sergipana, tem como marca dos seus governos as políticas de assistências aos pobres e os megaprojetos de desenvolvimento que atendem diretamente aos interesses do capital monopolista em Sergipe.

mamona, todavia, ao final da safra, o governo não cumpriu o prometido de comprar a produção gerando prejuízos e endividamento.

Apesar de toda a midiabilidade de governo frente ao atual PNPB, o campesinato sergipano demonstra cautela e desconfiança frente à nova proposta de produção de oleaginosa para o agrodiesel. Certamente, este comportamento reflete um trauma causado pelas propostas políticas do passado. Para superar esta condição, o Estado e o capital têm buscado despersonalizar a proposta colocando em campo uma força tarefa multinterinstitucional para difundi-la.

Para isso, foi criada a Rede Sergipe Biodiesel e implantado o Programa de Biodiesel de Sergipe (PROBIOSE). A Rede é formada por diversas instituições públicas e privadas, com destaque para os bancos públicos, organismos estatais, instituições de ensino e pesquisa, movimentos socioterritoriais camponeses, conforme quadro abaixo (BRAZIL, 2012; SILVA, 2008). O PROBIOSE tem como objetivo identificar alternativas e desenvolver ações para estimular a produção e o desenvolvimento tecnológico da cadeia produtiva de agrodiesel do estado de Sergipe. Segundo Silva et al. (2008):

Quadro 02. Instituições integrantes da Rede Sergipana de Biodiesel – 2008.

Associações de agricultores	ADENE/SUDENE
Banco do Brasil	Lugar ao Sol
Banco do Nordeste do Brasil	MAZZO
IFS-SE	MDA
UFS	MST
UNIT	NEPEN
DEAGRO	PETROBRÁS
EMBRAPA Tabuleiros Costeiros	PRONESE
COHIDRO	ROTARY
FAPITEC	SACI
FETASE	SAGRI
FIES	SEDETEC
IATEC	SERGIPEC
IEL/SE	CISE
INCRA	FLSF
ITP	SEBRAE/SE
ITPS	

Fonte: SILVA, Maria Suzana; BRASIL, Osiris Ashton Vital; VAZ, Victor Hugo da Silva. **Impactos da produção e uso do Biodiesel no estado de Sergipe**. Anais da I Jornada Sergipana de Energia. Aracaju: SergipeTec, 2008.

É uma iniciativa estadual de mobilizar esforços para a criação da cadeia produtiva de produção e uso de Biodiesel no estado de Sergipe com forte vocação para a inclusão da agricultura familiar, por dois aspectos, **o primeiro a necessidade das**

indústrias de obtenção do Selo Social e segundo pelas características da agricultura do estado de Sergipe serem predominantemente familiar.

- É um instrumento de política pública que promove a participação social na organização da oferta de matéria-prima para a produção de biodiesel, contribuindo para fortalecimento de sua capacidade de geração de renda e o fortalecimento dos movimentos sociais;
- Incentiva o uso de matérias-primas até então pouco empregadas como é o caso do girassol, aumentando a geração de renda do agricultor e fortalecendo os movimentos sociais.
- A introdução de uma nova cultivar no Estado com fins energéticos e inclusão da agricultura familiar, dentro da perspectiva de criação de uma cadeia produtiva de produção de biodiesel, trás consigo impactos econômicos, na matriz energética e na produção agrícola, conforme foi verificado anteriormente [grifos nossos].

O plano inicial teve como meta promover a integração de aproximadamente 10 mil famílias camponesas, para plantar de 10 mil hectares de girassol para produção de biodiesel, em que cada família cultivaria ao menos um hectare. Dez mil hectares representam 0,49% da superfície do estado, suficiente para uma produção de 17.211 toneladas de grãos, gerando 6.884 toneladas de óleo (SILVA et al., 2008). A opção pela introdução do girassol decorre de pesquisa desenvolvida pela EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, a qual aponta que esta é a planta mais adequada às condições edafoclimáticas desta unidade da federação (OLIVEIRA, et al., 2008).

Cada integrante da Rede Sergipe de Biodiesel tem uma tarefa bem delimitada a fim de garantir o alcance do objetivo de estruturar a cadeia produtiva do agrodiesel no Estado. Os coordenadores da Rede vislumbraram como potencialidade do estado de Sergipe o numeroso contingente de pequenos agricultores, decorrente de uma estrutura fundiária marcada pelo minifúndio. Esta Rede vem atuando na formação de um circuito fornecedor de matéria prima para a produção do agrodiesel que garanta à PBio atingir a produção mínima para obtenção do Selo Combustível Social, e, conquistar sua meta de ser a maior produtora de agrodiesel do país e a quarta maior empresa do mundo, segmento hoje liderado pelos alemães.

A PBio foi a indústria energética que estimulou este arranjo produtivo em Sergipe. Trata-se de uma subsidiária da Petrobrás, criada em 2008 para operar no setor de agrocombustíveis, produzindo além do agrodiesel, etanol de primeira e segunda geração em plantas autossuficientes de eletricidade e comercializadoras do excedente ao operador do sistema elétrico brasileiro. Esta empresa está presente em todas as regiões brasileiras e atua também no exterior operando no setor do etanol mediante a constituição de parcerias. No setor do agrodiesel opera na produção e comercialização do óleo vegetal e seus coprodutos, como: a glicerina, o ácido graxo, a goma, o óleo de mamona, o farelo de soja, a torta de mamona, o farelo de girassol e o óleo de girassol.

A mesma também possui três usinas próprias de agrodiesel, respectivamente localizadas no município de Candeias (BA), Quixadá (CE), Montes Claros (MG), opera uma planta experimental em Guamaré (RN) e outras duas usinas em parceria localizadas em Marinalva (PR) e Passo Fundo (RS), e ainda uma unidade de processamento de agrodiesel a partir do dendê, localizada em Belém (PA). No momento de realização da pesquisa (2011) estava prevista para entrar em operação uma usina de agrodiesel em Portugal (Figura 1).

A criação das usinas próprias priorizou, inicialmente, como fatores locacionais a fixação no semiárido brasileiro, região em que o desenvolvimento das cultivares oleaginosas demonstram notável rendimento de acordo com os estudos técnico-agronômicos realizados, e também a sua inserção na região brasileira com numeroso quantitativo de agricultores familiares para garantir a obtenção do Selo Combustível Social. As três usinas do semiárido estão localizadas estrategicamente para controlar a produção de oleaginosas advinda dos fornecedores de toda a região nordeste do Brasil (Figura 1).

Na safra 2008/2009 as três usinas do semiárido detinham juntas, uma capacidade de processamento de 150 mil toneladas/ano de oleaginosas. Em dezembro de 2009 esta capacidade foi duplicada, atingindo 300 mil toneladas/ano. Em setembro de 2010, decorrente da duplicação da usina de Candeias, atingiu-se a capacidade de 400 mil toneladas/ano de agrodiesel. Em 2011, já estava no plano de negócios da PBio a duplicação da capacidade das usinas de Quixadá e Montes Claros. Se por um lado a capacidade aumentou, o faturamento, segundo o coordenador de planejamento e gestão da PBIO, também sofreu forte crescimento, saltando da ordem de R\$ 231 milhões em 2009, para R\$ 539 milhões em 2010 e estimava-se auferir um faturamento de R\$ 635 milhões em 2011.

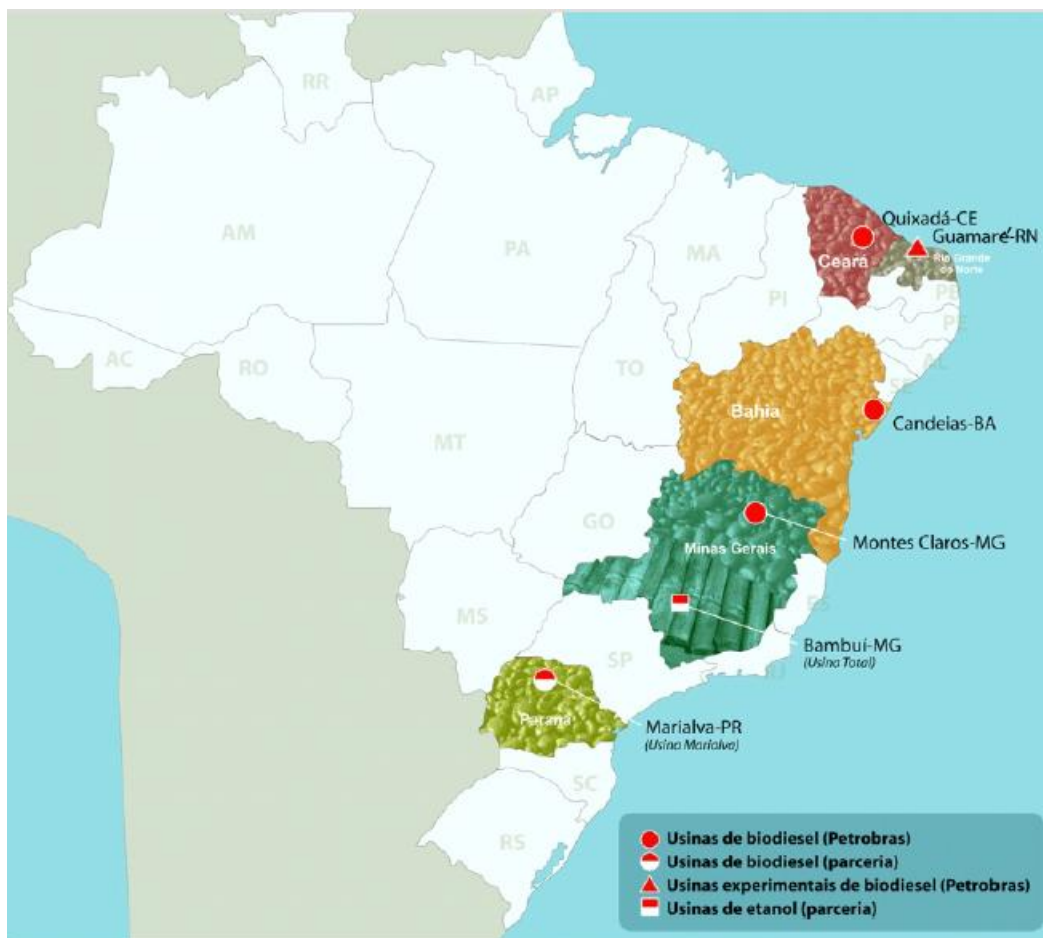


Figura 01. PBio: espacialização das usinas de agrodiesel e etanol
Fonte: Petrobrás, 2009.

No caso dos agricultores sergipanos a integração com a indústria energética se dá com a Usina de Biodiesel de Candeias (BA) que está situada a 322 km da capital de Sergipe, Aracaju. Esta empresa foi inaugurada em 29 de julho de 2008 com a presença do presidente da República e de diversos ministros de Estado e há registros de que a primeira carreta de agrodiesel certificado foi entregue no dia 01 de outubro de 2008. Vale-se ressaltar que a PBio não produz as oleaginosas, apenas contrata fornecedores da matéria prima, através de cooperativas e associações camponesas, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

O contrato de fornecimento de matérias primas oleaginosas é firmado entre a PBio as cooperativas de agricultores familiares por um prazo de 5 anos, no qual a empresa garante a compra da produção pelo preço de mercado, dado pela cotação na bolsa de valores. Ele também inclui o fornecimento gratuito das sementes (melhoradas pela Embrapa) às cooperativas contratadas, para que sejam distribuídas aos agricultores cooperativados aderidos ao programa. Compete à empresa o fornecimento do serviço de assistência técnica cuja forma de organização do trabalho permite o

acompanhamento/controle do desempenho dos seus fornecedores, bem como difundir os padrões exigidos pela empresa de plantio, cultivo, colheita e armazenagem cujas referências e objetivos são a ampliação permanente da produtividade. Para este serviço, em 2011 a PBio dispunha de 650 técnicos agrícolas contratados no país.

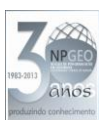
Estes dispositivos contratuais são divulgados pela empresa como uma grande contribuição ao fortalecimento da agricultura camponesa e seus movimentos socioterritoriais, tendo em vista a garantia dos preços da média de mercado, para a compra da produção ao longo do contrato, ademais da oferta de serviços de assistência técnica nas unidades de produção familiares.

Adotando-se outra ótica, inferimos que estes dispositivos adotados pela empresa são fundamentais para garantir o funcionamento seguro do mercado de fornecedor da matéria prima, em desempenho maximizado, a fim de garantir a quantidade suficiente de matéria prima necessária para obtenção do Selo Combustível Social.

A assistência técnica cumpre um papel central neste processo difundindo o padrão técnico exigido pela empresa, baseado no modelo da agricultura convencional, petro-dependente de sementes, fertilizantes e agroquímicos. Como forma de garantir o monitoramento do trabalho referente aos atendimentos realizados pelos extensionistas no território e o andamento da produção realizada pelos camponeses, foi criado e implantado em Sergipe o Sistema de Gestão de Processos Agroenergéticos (CERES), onde é possível à indústria controlar o andamento das dimensões supracitadas, além de informações adicionais, permitindo o planejamento da unidade industrial.

O estudo publicado pela Embrapa Agroenergia intitulado “Complexo Agroindustrial de Biodiesel no Brasil: competitividade das cadeias de matérias primas” revelou que a lucratividade do setor no Brasil depende bastante dos incentivos realizados pelo Estado, e que na cadeia produtiva do agrodiesel o segmento que mais necessita reduzir custos de produção é a produção de matérias primas. Portanto, os esforços de um trabalho forte na organização de um mercado fornecedor, redução da desconfiança por parte dos pequenos agricultores do setor de agrocombustíveis, particularmente da Petrobrás, inserem-se em uma estratégia de redução do custo da produção do agrodiesel.

5 A CONQUISTA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO JACARÉ-CURITUBA E A AÇÃO CONTRADITÓRIA DO ESTADO



Qualquer análise sobre a introdução e expansão do PNPB em Sergipe deve considerar a relevância e contribuição da Cooperativa Regional dos Assentados de Reforma Agrária do Sertão de Sergipe LTDA (COOPRASE) através do corpo diretivo e dos cooperados baseados no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Jacaré-Curituba. Este assentamento de reforma agrária é paradigmático no campo sergipano pela natureza da conquista, dimensão da área, quantitativo de famílias, (re)orientação do(s) sistema(s) agrário(s). Está localizado na microrregião geográfica Sergipana do Sertão do São Francisco, abrange um total de 9.617 hectares localizados em terras nos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo, beneficia um total de 785 famílias, e tem uma capacidade de 852 famílias.

A conquista do PA Jacaré-Curituba resulta das lutas por terras desencadeadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nesta localidade a partir de meados da década de 1990. Esta região tradicionalmente esteve sobre o mando e comando dos latifundiários e coronéis. Com a finalização da construção da barragem da Hidrelétrica de Xingó, o desemprego, a fome e a miséria campearam na região. Esta conjuntura agrária local somou-se à conjuntura agrária nacional em que o MST decidira pelo acirramento da luta pela terra, como uma das formas de enfrentamento ao neoliberalismo conduzido pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Diante desta conjuntura, segundo Nobre (2008, p. 127), durante o ano de 1995 os trabalhadores rurais organizados no MST dimensionaram o espaço de socialização política realizando o trabalho de base junto aos excluídos do campo, articularam-se e construíram a mobilização com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de Nossa Senhora da Glória, Monte de Alegre de Sergipe, Porto da Folha, Canindé do São Francisco e com religiosos como a irmã Marlene e Padre Pedro de Canindé do São Francisco.

Diante do acúmulo de forças, os trabalhadores decidiram colocar em marcha sua ação contestadora. Neste período o MST intensificava as ocupações de terras em diferentes microrregiões sergipanas simultaneamente. Apesar dos latifundiários e outros segmentos da elite esperarem uma ação reivindicatória de terras, estrategicamente os trabalhadores desviaram as atenções e desencadearam uma ação não diretamente sobre a terra mas sim, contra a maior representação do Estado na região em sua aliança com o capital, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Segundo a militante do MST, Irandi, atualmente assentada no Jacaré-Curituba, no dia 12 de março de 1996, 2.111 famílias realizaram a ocupação da CHESF, particularmente da

Hidrelétrica de Xingó e, em seguida, realizaram uma marcha no local com aproximadamente 7 mil pessoas. A memória da militante revela que:

Chegamos lá mais ou menos, três horas da manhã e a gente ficou lá, mas nosso alvo não era ficar lá, lá era só concentração pra depois a gente pudesse distribuir em alguns grandes latifúndios que tinham nessa região, isso em 96. Nós ficamos uma época, lá na Chesf, durante um mês, depois nós viemos pra fazenda Cuiabá, que pra que pra nós enquanto movimento, aqui, né... nessa área do sertão é o mais velho que é chamado Assentamento Cuiabá, que é uma área de sequeiro que a estrutura é diferente dessa do Jacaré Curitiba (Entrevista Irandi, PA Jacaré-Curitiba, 2010).

A construção da barragem de Xingó além de impactar duramente as comunidades ribeirinhas de Sergipe e Alagoas, impôs uma lógica de controle do regime das águas no baixo São Francisco, completando o processo já em curso pelas barragens à montante. Ademais do projeto de geração de hidroeletricidade, este projeto visava também a destinação de recursos hídricos para implantação de megaprojetos de irrigação, voltados à agricultura comercial.

O causídico deste projeto era o então governador João Alves Filho com o seu megaprojeto Perímetro Irrigado Califórnia II que consistia na arrecadação, pelo Estado, de grandes, médias e pequenas propriedades para implantação de infraestrutura hídrica e destinação dos cerca de 9 mil hectares, a 80 empresários que visionariamente transformariam o sertão em um próspero oásis.

O MST considerou a ocupação da CHESF a maior de Sergipe. Nacionalmente foi apontada como uma das mais importantes do país, haja vista a repercussão que obteve, o que marcou o processo de territorialização do MST em Sergipe. Os trabalhadores reivindicavam a desapropriação das Fazendas Cuiabá, Bela Vista e mais 15 mil hectares localizados na confluência entre os municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo. Após um mês de ocupação na CHESF transferiram o acampamento para a Fazenda Cuiabá, onde após oito meses de luta conquistaram a emissão de posse (NOBRE, 2008, p. 128).

A conquista deste imóvel ampliou a força da organização dos trabalhadores na região e criou as condições políticas de pressão necessárias sobre o INCRA para a territorialização do MST no Alto Sertão, pois “Da fazenda Cuiabá, os sem-terra partiram para a Fazenda Alto Bonito onde ocuparam os atuais assentamentos Modelo, Curralinho, Queimada Grande, São José de Nazaré, Flor da Serra, Gualter, Pinhão, Lagoa das Areias, Cajueiro, Canadá, Maria Feitosa e outros” (NOBRE, 2008, p. 128).

Neste movimento, em 1997, parte dos trabalhadores que estavam na fazenda Cuiabá decidiu ocupar as terras da fazenda onde havia a promessa governamental de edificação do megaprojeto de irrigação Califórnia II. A memória de um dos líderes dos trabalhadores revela que a área era controlada por:

Grandes fazendeiro, aqui era Miguel de Ernesto, era Carlos Mendonça, Tonho de Missia, era os maior fazendeiro daqui. Então essas propriedades, esses assentamento aqui são 3600 hectare pra irrigação, era em três propriedade, né... Pegou alguma parte de pequenos agricultores lá na frente, umas coisinhas pouca, né... Mais 90% era três propriedade que tinha aqui, só pra criar vaca (...) Quando era no verão nem vaca tinha, porque ficava tudo seco. Eles tirava daqui e ficava as terra abandonada. Quando era no inverno trazia praqui novamente, então num tinha produção, num tinha o desenvolvimento, então a gente chegou aqui e ocupou (Entrevista João Neguinho, PA Jacaré-Curituba, fev., 2013).

No mês de março de 2007 os trabalhadores marcharam de Canindé do São Francisco até a capital Aracaju. Durante 15 dias percorreram 213 quilômetros a pé, como forma de denunciar para a sociedade a intenção do governo de criar um perímetro irrigado para capitalistas e a necessidade social de reorientação do projeto para atender aos trabalhadores expropriados mediante concretização da ação de reforma agrária. Após a chegada, permaneceram outros 15 dias ocupando a sede do INCRA, onde realizaram um conjunto de articulações políticas.

Outra marcha foi realizada, partindo de Maceió (AL) até a capital de Pernambuco, Recife. Depois de marcharem por 262 km, os trabalhadores ocuparam a sede da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) para pressionar o órgão federal responsável pela implantação e gestão dos perímetros irrigados no vale do rio São Francisco. Nobre (2008), por sua vez, relata que destas mobilizações decorreu audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, em Brasília, na data de 15 de março de 1997, quando foi assinado o Acordo do Jacaré-Curituba.

Portanto, foi a partir do dimensionamento de espaços de luta e resistência que os trabalhadores conquistaram o megaprojeto de irrigação, pensado inicialmente para a expansão do agrohidronegócio no sertão sergipano, em uma ação inédita no estado. Na prática, o projeto de assentamento Jacaré-Curituba é formado por oito glebas que foram incorporadas com a nomenclatura de PA Jacaré-Curituba I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII. Todas estas foram arrecadadas pelo INCRA através de processos desapropriatórios, sendo as seis primeiras glebas arrecadadas entre setembro e dezembro de 1997, a primeira em abril de 1998 e a última em julho de 1999.

De posse da terra os trabalhadores iniciaram o processo produtivo mesmo sem a garantia do acesso à estrutura de irrigação, limitando-se a sobreviver de agricultura de inverno. Em 25 de fevereiro de 1999, com a finalidade de viabilizar as condições de produção, comercialização e geração de renda fundaram no assentamento a Cooperativa Regional dos Assentados de Reforma Agrária do Sertão de Sergipe LTDA (COOPRASE).

Uma complexa estrutura de planejamento territorial se sobrepõe no PA Jacaré-Curituba. Para o INCRA o complexo Jacaré-Curituba é formado por 8 assentamentos, estruturado em 34 agrovilas, cujo número de famílias pode variar entre 15 a 25. Estima-se um contingente populacional acima de 6 mil habitantes vivendo na área. A CODEVASF, responsável pela implantação da estrutura hídrica, divide a área em 5 setores, cuja contagem inicia do zero. No tocante à organicidade do MST este assentamento por si próprio configura-se como uma regional da organização.

O projeto original previa a estruturação de 80 quadras que seriam destinadas à igual número de empresários. Com a conquista do assentamento o projeto de infraestrutura hídrica não foi alterado, de maneira que cada quadra do projeto original foi apenas repartida entre os camponeses assentados, contemplando entre 15 e 25 famílias e atribuído a cada qual uma área média de 2,5 hectares irrigados. Quando observamos que o módulo fiscal definido para a região é 70 hectares, preocupa-nos a viabilidade do projeto para a reprodução ampliada da família camponesa ao longo dos anos, uma vez que seu surgimento está estruturalmente marcado pela minifundização.

O PA Jacaré-Curituba é um símbolo da resistência para permanência na terra. Após a conquista da terra, os diferentes governos adotaram a postura política de atrasar a implantação da infraestrutura hídrica por cerca de 12 anos. Somente a partir de julho de 2009 o sonho do acesso à terra irrigada passou a concretizar-se quando finalmente a CODEVASF iniciou a implantação do sistema de irrigação parcelar do Projeto Jacaré Curituba, orçado em R\$ 15.286.117,38 (Quinze milhões, duzentos e oitenta e seis mil, cento e dezessete reais e trinta e oito centavos), provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sob número de contratado 12.09.0018/00. No momento da elaboração deste artigo, as famílias assentadas nos setores 0 a 3 já alavancavam o processo produtivo irrigado e as do setor 4 acompanhavam entusiasmadas e ansiosas a instalação da estrutura de irrigação nos respectivos lotes.

A apesar dos trabalhadores terem conquistado a irrigação da área, após uma década de lutas e resistências, o Estado não reestruturou nem redimensionou o projeto para a especificidade da

agricultura camponesa, mantendo-o como concebido para os 80 empresários. A fala do coordenador da COOPRASE é demonstrativa desta situação:

Era 80 lote empresarial, como eu disse ainda agora, então eu volto a repetir, 80 lote empresarial. Então o projeto não mudou. Ele mudou pra Sem Terra. Mais aqui, se lá pega 24 ou 25 cumpanheiro numa bomba daquela pra operar uma bomba, irrigar 25 lote, 20 lote ou 15 lote, são 15 pequeno empresarim que tão ali dentro. E aí, é eles que tem que se virar porque aquela bomba não irriga todo mundo de uma vez só não. Se aquela bomba, você liga a bomba ela tem condições de, se for pra 20, ela só tem condição de irrigar 5 de cada vez. Então tem que conscientizar que 5 tá irrigano e 15 tem que tá parado... Então o cabra tá vendo a seca, todo mundo doido pro mode de irrigar, querendo ver a sua produção, por exemplo, nascer, o outro que tá precisando de ver a produção desempenhar, porque tá aflorando, é uma melancia, é uma abóbora, é uma macaxera, né... é um quiabo, qualquer coisa que ele tá prantano lá... Eles fica num desespero... Então vira um pé de guerra, porque o pessoal começa, não é o meu horário, mais eu vou irrigar. Aí, se eu ligar o outro cavalete aqui, você também não irriga lá do outro lado... Porque aí não passa a irrigar nem você nem eu, porque a água não... só fica mijano. Ao invés de sair a pressão pro microaspersor ou o gotejo, ela conseguir irrigar, não consegue ninguém... Aí vai pro desespero, aí é hora de apagar fogo. A direção vai pra cima, a coordenação vai pra cima, a presidência da cooperativa junto com as direção vai pra cima: “num é dessa forma”, conscientizar os agricultor... Tem que ter mão de ferro. Porque o Incra não faz nada aqui dentro pra isso aí, Codevasf também não... Ninguém! (Entrevista João Neguinho, PA Jacaré Curituba, 2013).

Esta atuação do Estado, através de órgãos como a CODEVASF e INCRA, é intencional e tem a perspectiva de inviabilizar futuramente o assentamento irrigado Jacaré-Curituba. O INCRA pressionado politicamente para resolver os conflitos agrários, mediante processos desapropriatórios reivindicados pelos trabalhadores e de outro lado sofrendo ações dos proprietários ávidos por impedir a desapropriação dos latifúndios, destina, aos beneficiários, lotes de reforma agrária em dimensões exíguas, para pragmaticamente solucionar os conflitos. Entretanto sem visão de futuro alguma, inviabiliza a reprodução ampliada da família camponesa.

Por sua vez, a CODEVASF responsável pela estruturação do sistema de irrigação parcelar, mantém a estrutura empresarial mesmo que cada um dos grandes lotes, no contexto do assentamento criado, tenham sido parcelados entre grande número de beneficiários. Mesmo com a pressão hidráulica insuficiente para irrigar todos os lotes de uma quadra ao mesmo tempo, transfere, portanto para os trabalhadores, a necessidade da improvisação permanente para acessar a água de produção.

Esta situação rompe com uma das dimensões centrais da condição camponesa que é a autonomia sobre o tempo de realização do trabalho. Este passa a ser organizado em turnos de 06

horas, no qual determinado agrupamento de assentados realiza o uso da água, enquanto outros esperam seu turno para realizar os tratos culturais das respectivas roças. No caso de um dia o assentado não puder irrigar no horário reservado para ele, somente no dia seguinte poderá retomar a aguação da sua roça. Esta é uma situação esdrúxula que muito se assemelha ao controle da jornada de trabalho fabril!

No último quinquênio o assentamento também vem recebendo vultosos recursos para conclusão de outras obras, dentre as quais destaco a construção, ampliação e recuperação da infraestrutura produtiva e comunitária como: abertura e melhoramento de estradas, construção de praças, campos de futebol, postos de saúde, sedes comunitárias, construção e ampliação de escolas. Tais benfeitorias no assentamento têm sido viabilizadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)². Estes investimentos aparentemente são realizados para viabilizar as condições de vida e trabalho dos beneficiários da reforma agrária, contudo, na prática decorrem do Programa de Consolidação e Emancipação (Autossuficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária – PAC³ que, no contexto das políticas de terras neoliberais, objetiva acelerar o processo de desresponsabilização do Estado para com a área de reforma agrária.

No caso do PA Jacaré-Curitiba em particular, o Estado busca forjar um arranjo territorial frágil, no qual diante das inadequações acima relatadas, se os agricultores não conseguirem conviver com as limitações e inadequações do projeto, poderão desencadear desavenças internas, falência de lotes familiares e, com a titulação alienável da terra, forjar as condições de retorno das parcelas reformadas ao mercado de terras, podendo inclusive reconcentrar as terras sob o domínio

² Segundo Ramos Filho el. all., o PAC “Trata-se de um conjunto articulado de medidas na área econômica que visam o crescimento econômico do país por meio do investimento em infraestrutura, do estímulo ao financiamento e ao crédito, da melhora do ambiente de investimentos, da desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e da adoção de medidas fiscais de longo prazo. [...] Quanto ao seu caráter geral, destaca-se a importância da retomada do papel do Estado como indutor do crescimento econômico. Em outras palavras, o PAC revela uma ação governamental planejada com vistas à retomada da capacidade orientadora do Estado na questão do crescimento econômico do país, através do incremento da taxa de investimento público e privado em áreas consideradas estratégicas. Dessa forma, o governo busca ter papel de liderança no processo de crescimento, direcionando os investimentos e a economia do país” (2013, p. 24).

³ “O Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC), fruto de um acordo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é executado pelo Incra.

O PAC busca consolidar e desenvolver os assentamentos para que sejam independentes e integrados ao segmento da agricultura familiar. O programa acelera o processo de emancipação dos projetos de reforma agrária a partir da elaboração de Planos de Consolidação de Assentamento (PCAs) que proporcionam investimentos em infraestrutura socioeconômica, assessoria técnica e treinamento, promovendo a sustentabilidade econômica, social e ambiental, bem como a estabilidade social e a conquista da cidadania. Com isso, o Incra espera criar um modelo de consolidação dos assentamentos descentralizado, ágil, organizado e eficiente, devidamente testado e aprovado.

Por meio do programa, desenvolvido via convênios estabelecidos entre o Incra, prefeituras e associações de agricultores assentados, estão sendo atendidas cerca de 12 mil famílias de 75 assentamentos distribuídos em oito estados: Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe” (Fonte: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/pac>).

de setores do agrohidronegócio. É preciso ser enfático que terras incorporadas ao patrimônio da União, via processos desapropriatórios de reforma agrária, são terras do povo brasileiro e não devem retornar para o mercado de terras.

6 A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS PELA INDÚSTRIA DE AGRODIESEL

Conforme mencionado na seção anterior, praticamente desde a conquista do assentamento que os trabalhadores vêm buscando organizar-se para realizar o processo produtivo agropecuário e gerar condições de reprodução das suas vidas no assentamento. Uma das primeiras iniciativas desta natureza foi a criação da COOPRASE, uma cooperativa de prestação de serviços dos assentados do PA Jacaré-Curituba que hoje conta com 1.600 cooperados distribuídos nos municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Gararu e Itabi.

A atuação desta cooperativa tem sido fundamental para a introdução, expansão e consolidação do PNPB e cadeia produtiva do agrodiesel no estado de Sergipe. Segundo o dirigente da cooperativa, desde aproximadamente o ano de 2006 que o governo de Sergipe, através da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), tenta difundir este sistema agrário. Porém, ações importantes como cadastramento de agricultores, serviços de assistência técnica, fornecimento de insumos, etc., não foram tomadas pela Empresa. De maneira que no ano de 2009 a Petrobrás entrou no cenário e com tal repertório de ações, convidou a COOPRASE para incorporar-se ao PNPB.

De acordo com o site da Secretaria da Agricultura Familiar, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em maio de 2013 apenas duas cooperativas nesta unidade da federação estavam habilitadas para fornecer matéria prima para os produtores de agrodiesel como integrantes do Selo Combustível Social: a COOPRASE e Cooperativa de Produção, Comercialização e Prestação de Serviços dos Agricultores Familiares de Indiaroba e Região LTDA (COOPERAFIR).

Todavia, na data de introdução do PNPB em Sergipe a COOPERAFIR e outras cooperativas que foram contratadas para fornecimento de matéria prima para o agrodiesel no estado tinham à

época menos de três anos de funcionamento, tempo insuficiente para a contratação pela Petrobrás. Neste caso, a COOPRASE passou à condição de gestora dos contratos, atuando como espécie de “cooperativa mãe”, realizando com os contratos de assistência técnica onde os profissionais contratados formalmente pela COOPRASE atuavam no desenvolvimento das áreas da COOPERAFIR cujas atividades se dão no sul de Sergipe.

O PA Jacaré – Curituba também tem sido importante para o desenvolvimento de tecnologias de produção do girassol, através da realização de experimentos agrícolas da EMBRAPA Tabuleiros Costeiros e palco para a realização de dias de campo, que reúnem agricultores de diferentes regiões do estado, pesquisadores, movimentos socioterritoriais e gestores públicos.

Com a introdução do PA Jacaré – Curituba no circuito do “Desenvolvimento Regional Sustentável do Girassol (DRS do Girassol)” a cooperativa contratou através da PBio 43 técnicos agrícolas que foram distribuídos em todos os municípios de Sergipe que cultivam o girassol. A participação no DRS do Girassol viabilizou o acesso ao microcrédito no Banco do Brasil para estruturação do processo produtivo, contrato de comercialização com a PBio por cinco anos e programas específicos da Petrobrás de estruturação produtiva de solos.

Os bancos públicos estão liberando empréstimos para o DRS do Girassol em Sergipe de acordo com o zoneamento agroeconômico realizado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros. Segundo o coordenador da cooperativa, o banco disponibilizou um crédito de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) por agricultor participante do PNPB para realizar os trabalhos necessários à estruturação do cultivo do girassol. Contudo, os trabalhadores considerando ser esta uma cultura nova, onde os procedimentos técnicos de produção ainda não são dominados, preferiram estipular como limite de empréstimo R\$ 1.400 (Hum mil e quatrocentos reais), para evitar um risco de endividamento muito elevado. Mas, a principal discussão dos agricultores com os bancos é a obtenção de créditos, com condições atrativas para os agricultores adquirirem maquinário. A ausência de maquinário foi relatada como um entrave para deslanchar a produção, sobretudo nesta zona que depende do regime de chuvas para realizar a agricultura. Veja como se expressa o coordenador sobre esta questão:

Aí nós vamos continuar sempre sendo pisado, porque nossa produção nunca vai chegar ao esperado. Nós não temos máquina, que se nós temos financiamento, nós já ficamos esperando o trator seu, aí seu trator vai cortar a sua terra, vai cortar do outro amigo seu que você sabe que tem um dinheirinho a mais e vai cortar vinte tarefas... E até vim chegar na minha terra pra cortar 2 tarefas aí é quando ninguém quer mais, aí ele vem... Aí o nosso inverno aqui é 3 meses, acabou o inverno, aí você vai dizer “o pessoal do sertão tá passando fome” por causa disso. Porque nós não temos máquina suficiente pra na hora certa preparar o nosso solo e pranta. Certo? (Entrevista João Neginho, PA Jacaré Curituba, 2009.)

No primeiro ano de integração da COOPRASE com a Petrobrás, foi contratada a venda de 2.700 toneladas de semente de girassol que deveriam ser produzidos por cerca de 5.000 agricultores que se incorporam ao PNPB através da COOPRASE. A Petrobrás estabelece os preços de compra do grão de acordo com os preços médio de mercado, que ficou entorno de R\$ 0,77/quilo. Na relação do cooperado com a cooperativa o preço praticado foi de R\$ 0,70. Apesar de todos os esforços e investimentos realizados e da expectativa de obtenção de um rendimento de 2.500 quilos/hectare, o resultado de produção alcançado foi pífio: um total de 200 mil quilos. Segundo o coordenador da cooperativa isto se deveu a:

[...] Por que isso? Por que... faltô é... a experiência do produtor, porque o produtor precisava ter mais experiência como trabalhar o girassol como é uma cultura nova, faltou recuso pra que ele prantasse na data certa, porque se cê pranta na data certa você aduba, faz o preparo do solo logo certinho, você aduba ele, você carpinar, e raliar também ele, ele pode dar uma produção de até... 2 mil quilo por hectare. E dependendo da terra cê pode chegar a 2.500 quilos por hectare.

Em suma, a baixa produção pode ser atribuída a: pequena adesão dos agricultores, pouca experiência com o novo cultivo, aos problemas climáticos vividos nos últimos anos, bem como, falta de maquinário para preparar o solo para o plantio. Mas, os esforços da cooperativa são para nas próximas safras conseguir cumprir o contrato com a Pbio:

Aí agora nós quer dobrar... A expectativa, nós já tamo discutindo a safra 2010, nós já tamo com 14 tonelada de semente já comprada pa safra 2010... Certo? Fizemos o estudo de solo em vários local, mas nós tem... são 700 estudo de solo que ta modo de ser feito ainda o... o restante... Então a gente aí agora vamo buscá tecnologia. A de formação que o produtor não teve pra que ele tenha uma safra 2010... Pra puder em 2010, ver se nós chega a cumprir com o contrato com a Petrobrás. A Bahia levou 3 ano pra puder atingir os 30% permitido pelo Governo Federal... Certo? Aí, no caso... Nós agora... Então, nós agora tamo esperano isso aqui no Estado de Sergipe, nós tamo no premero ano, não cumprimo com a nossa carga horária como se fala, num demos a produção esperada pra Petrobrás... a cada 3 quilo de girassol, eles produz um litro de óleo. Então o pagamento pra nossa assistência técnica é baseada no que ele tem de produção de grão que a produção de grão gera combustível e aí surge o pagamento. Então quando num tem é prejuízo. O prejuízo da Petrobrás esse ano entre a Bahia e o Estado de Sergipe é calculado em torno de 60 milhões de reais, segundo eles... Certo? (Entrevista João Neguinho).

Como forma de tentar superar a ausência de máquinas, a Pbio destinou à COOPRASE, no final de 2012, dois novos tratores, conjunto completo de implementos agrícolas e um carro utilitário. Estes equipamentos buscam, respectivamente, impulsionar o preparo do solo e facilitar a

logística de transporte. De posse destes meios de produção, a cooperativa tem atuado também para ampliar, sobretudo, sua capacidade de produção de alimentos, mediante a ampliação dos serviços de preparo de solos para os cooperados em geral.

Mesmo com pequena extensão plantada e poucos adeptos ao cultivo do girassol as práticas agrícolas difundidas pela extensão rural da PBio fundamentam-se no uso de adubação química, sementes desenvolvidas em laboratório, uso de agrotóxicos e elevada dependência externa. O que dificulta o avanço no interior do assentamento é a disseminação, entre os camponeses, de práticas de agricultura ecológica e construção da autonomia camponesa.

Em que pese todos os esforços realizados pelo Estado para implantação e expansão do sistema agrário do girassol em Sergipe, os agricultores, técnicos agrícolas e dirigentes da cooperativa foram explícitos ao apontar que a participação no programa do agrodiesel, na condição de fornecedor de matéria prima, não determinará a orientação principal das unidades de produção familiares. Na prática, trata-se de um sistema agrário gerador de um produto adicional, cujo mercado é garantido.

Não a coisa que nós que tamo prantano girassol, num vamo inricá prantano girassol, é uma renda mais dentro da família. Por isso que... se nós tiver prantano girassol e esquecê de pranta o milho e o feijão que vai ta ajudano o pessoal do campo e da cidade, nós através da cooperativa e aconselhado pela Petrobrás, nós para de comprar o grão deles. É o incentivo do Governo Federal que ele prante o girassol pra ter uma renda mais na família... E que a partir de 2011 é em média, parece que é 30 a 40% dos veículo que usa dízu tem que já ter em média 30 a 40 % duma mistura que sai da agricultura familiar... Agora, se nós quer deixar de prantar aquilo que vocês ta na cidade também consome... e vamo prantar só girassol... Só vai servir pros carros, e o resto do povo... vai passar fome, é? (Entrevista João Neguinho, jan. 2013).

Sua forma de cultivo tem sido a partir do consórcio com outras espécies como feijão e milho. No caso deste último, a experimentação demonstrou que o plantio deve ocorrer em fileiras separadas, pois o milho ao crescer mais que o girassol lhe ofusca, prejudicando sua produtividade (Figura 2).

O PA Jacaré-Curituba está localizado em uma zona de Sergipe predominantemente leiteira, fator importante para alguns agricultores decidirem pela introdução do girassol entre os suas práticas agrícolas, uma vez que após separação das sementes, que são vendidas para a PBio, o restolho pode ser utilizado como suporte forrageiro animal. Contudo, a principal expectativa dos agricultores é o controle da torta de girassol:

A torta é quando você espreme, que tira o óleo, ele fica só a massa... Então aquela massa, por exemplo, o girassol tem 42%, 45% de óleo certo? E 42% de massa... Então quando ele extrai o óleo ele num sai todo, ele ainda fica 2% de óleo naquela massa... Então aquela massa que volta pros nossos animais ela é rica... Nós tamo na bacia leitera do Estado de Sergipe, é o sertão... E que quando bate a época de seca se não tiver ração pros animais a vaca num tem leite. Então nós tem que ir pra ração... É o farelo de trigo, é o farelo de soja, certo? Então pra nós um incentivo em nós trabalhar a torta do girassol certo? É mais importante que nós vender o grão... (Entrevista João Neginho, jan. 2013).



Figura 02. PA Jacaré – Curituba - Consórcio de girassol com alimentos - 2013Foto: Eraldo da Silva Ramos Filho, trabalho de campo, jan. 2013.

A torta do girassol é obtida somente após o esmagamento da semente, que é realizado por uma empresa terceirizada da Petrobrás, localizada no município de Feira de Santana (BA), distante do PA Jacaré-Curituba cerca de 700 Km. O pífio resultado na produção dos grãos de girassol pelos assentados do Jacaré-Curituba e cooperativas que operam no estado, inviabiliza o transporte da torta entre a unidade esmagadora e o assentamento, devido ao elevado custo. Sendo, portanto, uma reivindicação da cooperativa a instalação de uma unidade esmagadora da semente no próprio assentamento.

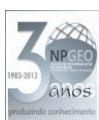
[...] Então nosso incentivo na questão do girassol é que, nós teja produzindo o girassol, nós teja produzindo o próprio óleo de girassol pro consumo humano, nós teja trazendo de volta, que essa é a nossa briga com a Brasil Combustível, de volta a torta, porque a torta só perde a 1% de soja, num é isso? Essa soja tem 43, ela tem 42% de proteína né isso... Parece... É só 1% ela tem a menos de proteína. Então nós queremos a torta de volta... Só tem incentivo pra nós pranta girassol se nós tiver a venda do nosso grão mais ao mesmo tempo nós tiver a torta de volta pros nossos animais. Nós aqui tamo hoje comprano o saco de... de... da torta da soja por 50, 55 reais... E por que não? (Entrevista João Neguinho, jan. 2013).

Embora a COOPRASE lidere a introdução do PNBP em Sergipe, há fortes evidências de que sua atuação é norteada pela busca de novas possibilidades, para que os assentados do Jacaré–Curitiba e seus cooperados gerem maior autonomia frente aos atravessadores, indústria energética, bancos. Tal perspectiva se verifica a partir de esforços organizativos da produção e da comercialização que gerem renda para as famílias camponesas, bem como fortaleça a garantia do provimento da alimentação do grupo doméstico. O relato abaixo atesta esta assertiva:

Certo... Então... Vendo com vocês a nossa ansiedade, pra ta prantano o girassol num é só pra produzir o óleo. Nós num tamo aqui preocupado só com óleo da Petrobrás. Nós tamo é preocupado com a nossa subsistência. Então pra nós, quando nós tamo produzindo o girassol, é que nós pranta o milho e depois que nós vende, o milho vai embora... E nós, se quiser, vamo compra um pacontinho de massa de milho Curinga, que tem o nome lá Curinga, Sinhá ou Puro num sei o que... Aonde eu vendi um saco de milho por 17 reais e eu vou ta comprano lá a 10 quilo de massa Curinga que só dá pra eu passar uma semana, num vendi 60 quilo... Eu produzi, tive o maior trabalho de produzir 60 quilo... E eu vendi por 17 reais e vou no mercado porque o cabra industrializo e vou comprar lá é... é o suficiente pra eu passar a semana com a minha família (Entrevista João Neguinho, jan. 2013).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária é uma problemática estrutural do capitalismo, portanto, insuperável e caracterizada por seu desenvolvimento desigual e contraditório. Sua atualidade no Brasil está marcada por elementos antigos e novos. A concentração fundiária, as lutas por terras e reforma agrária e a ação do Estado na manutenção do rentismo fundiário são permanências. Como elementos desta virada do século XXI identifica-se a transformação da agricultura de um setor produtor de alimentos e matérias-primas, para um setor produtor de energia a partir de produtos agrícolas e biomassa.



Esta condição associada à crise econômica internacional tem proporcionado uma mobilidade de capitais produtivos de outros setores para agricultura e dos países do Norte para países do Sul. Decorrente deste processo, verifica-se a crise mundial dos alimentos, longe de ser uma crise de desabastecimento, sua característica mais evidente tem sido a alça exorbitante dos preços dos alimentos em todo o mundo, arrastando para cenários sóbrios de fome, 850 milhões de pessoas ao redor do mundo (RAMOS FILHO, 2013). As causas desta crise decorrem do controle oligopolístico dos preços dos alimentos, utilizados pelos *players* para especular, pela propagação de uma modelo de agricultura petrodependente, bem como pela ampliação das áreas ocupadas com o monocultivo de agrocombustíveis.

No presente artigo tratei de refletir sobre algumas dimensões da penetração deste movimento internacional na escala local de Sergipe, particularmente no tocante à estruturação do circuito dos agrocombustíveis, em sua face do agrodiesel. Ficou evidenciado o caráter contraditório do desenvolvimento do capitalismo na agricultura ao expandir relações de produção capitalistas, mas neste caso fundamentalmente, o capital se realiza mediata a produção de relações de produção não capitalistas, mediante os processos de monopolização do território camponês pelo capital do agrohidronegócio do agrodiesel.

Para David Harvey (2005, 84 - 85), baseando-se nos estudos de Marx,

O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. [...] Portanto, o Estado capitalista também tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca. Ele desempenha um papel importante na regulação da competição, na regulação da exploração do trabalho (por meio, por exemplo, da legislação do salário mínimo e da quantidade máxima de horas de trabalho) e, geralmente, estabelecendo um piso sobre os processos de exploração e acumulação capitalista. O Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de “bens públicos” e infraestruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalistas individual acharia possível prover lucro. (HARVEY, 2005, p. 85).

Esta condição torna-se evidente nos processos analisados neste artigo, no qual os trabalhadores sem terra, após longo processo de exploração e expropriação decorrente das políticas de desenvolvimento empreendidas pelo Estado no semiárido nordestino/sergipano decidem pelo dimensionamento de espaços políticos de enfrentamento ao capital, contestatórios da ordem vigente e reivindicativos das ações de ressocialização, mediante a realização da política de reforma agrária. O Estado, por sua vez, com a mera finalidade de distensionar a conflitualidade cede às pressões dos

trabalhadores reorientando o megaprojeto de irrigação Jacaré-Curitiba da planejada posse pelo agrohidronegócio, para a criação de um mega assentamento de reforma agrária.

Sua ação apresenta diversas contradições como: repartição de lotes exíguos territorialmente, como estratégia para contemplar grande número de beneficiários, mesmo que neste caso inviabilizasse a sucessão geracional na reforma agrária; não instalação, por mais de uma década, de implantação da infraestrutura hídrica prevista inicialmente para a área; nos últimos 3 anos, resultante das lutas empreendidas pelos trabalhadores, implantação da infraestrutura de irrigação, porém, sem a devida adequação da engenharia do projeto para a lógica de funcionamento da agricultura camponesa.

Compreendo que estas ações de Estado têm o objetivo de massacrar os trabalhadores, manter sobre estes seu domínio de classe mediante formas clientelísticas materializadas em diversos instrumentos como as promessas eleitoreiras e, de forma ainda mais perversa, universalizar a compreensão que os problemas do assentamento de reforma agrária criado decorrem, da incompetência individual dos sem terras. Mesmo quando o Estado passa a atuar diretamente no desenvolvimento territorial, mediante a implantação de infraestrutura comunitária e produtiva, age para favorecer o capital, em momento histórico próximo, pois as ações visam à desobrigação do Estado, mediante a emancipação da área, a titulação alienável dos lotes incorporados ao patrimônio da União, o que demonstra uma tentativa de mercadorização da terra.

Os camponeses rebeldes que são, negaram-se a render-se. Realizam a organização social do trabalho, mediante a criação de cooperativas. Por sua vez, o capital age para subordinar os ganhos sociais fruto do trabalho social. Novamente aqui, o Estado é chave neste processo mediante a estruturação das condições para produção de conhecimento e tecnologia, geração de créditos bancários para os assentados introduzirem a produção de matéria prima demandada pelo capital, criação de marco jurídico-legal para difusão dos agrocombustíveis, redução da tributação e formação de gigantesco mercado consumidor mediante as cotas de adição de agrodiesel no diesel mineral.

Por fim, verifica-se que a funcionalidade do Estado para acumulação, na medida em que constrói as condições extraordinárias para as corporações do agrodiesel, evita que estas imobilizem parte do seu capital com a compra de terras, tributos e trabalho. Diante desta condição, os camponeses ao mesmo tempo em que se subordinam, resistem realizando o trabalho familiar não capitalista, incorporam meios de produção utilizados a partir de uma referência social ações que objetivam edificar a autonomia das famílias.

8 BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instrução normativa n. 01, de 20 de junho de 2011. Dispõe sobre a participação de cooperativas agropecuárias do agricultor familiar como fornecedoras de matéria-prima aos produtores de Biodiesel para os fins de concessão e manutenção do Selo Combustível Social. Disponível em: <

http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/Instru%C3%A7%C3%A3o_Normativa_n%C2%BA_01_do_MDA_de_20_de_junho_de_2011.pdf> Acessado em 05 de mai. 2013, 12:59.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. 2004. *Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel*. Brasília.

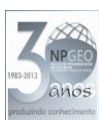
BRAZIL, Oziris Ashton Vital.; TEIXEIRA, Olívio Alberto.; SANTOS, Rosalvo Ferreira.; VAZ, Vitor Hugo da Silva. Cadeia produtiva da produção de girassol para biodiesel em Sergipe: o papel das redes técnico econômicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MAMONA, 5 ; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE OLEAGINOSAS ENERGÉTICAS, 2 & I FÓRUM CAPIXABA DE PINHÃO MANSO, 2012, Guarapari. Desafios e Oportunidades: Anais... Campina grande: Embrapa Algodão, 2012. p. 48. Disponível em: < http://www.cbmamona.com.br/pdfs_5/ECP-009_P.103.pdf> Acessado em 27 de abr. 2013, 21:26.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de.; LIMA, Suzana Maria Valle.; SILVA, João Flávio Veloso.; **Complexo agroindustrial de biodiesel no Brasil: competitividade das cadeias produtivas de matérias primas**. Brasília: Empraba Agroenergia, 2010.

ESPINOSA, Carlos Eloy Balmaceda. Agrocombustíveis: polémica tecnológica y política. In:

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; CERVERA, Jesús Arboleya; GOMÉZ, Faustino Corrubaia;

ESPINOSA, Carlos Eloy Balmaceda; ENRIQUÉZ, Beatriz Casal; PÉREZ, Marta Oneida;



DOMINGUÉZ, Esteban Morales; GORGAL, Alejandro Pablo Casas; LÓPEZ, Ernesto Dominguez. **Pensar a Contracorriente V**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2008, p. 31 - 63

FERNANDES, B. M. A geopolítica da questão agrária mundial. IN: Boletim DATALUTA. NERA: Presidente Prudente, jun. de 2009. Disponível em:
http://www4.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_06_2009.pdf.

GONÇALVES NETO, W. 1997. *Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*. São Paulo: Editora Hucitec.

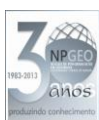
HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. A teoria marxista do Estado. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do Estado**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 76 – 94.

HOUTART, François. A agroenergia: solução para o clima ou da crise para o capital? Petrópolis?RJ: Editora Vozes, 2010.

LEAL, Marcelo. Avaliação emergética de sistema camponês de produção álcool, alimentos e serviços ambientais. In: Agricultura e Mudanças Climáticas. A contribuição dos sistemas camponeses de produção para uma agricultura sustentável. 2010. Disponível em:
<http://xa.yimg.com/kq/groups/24937345/564945116/name/Cap_IV_análise+emergética.pdf>

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano nacional de agroenergia (2006-2011)**. 2 ed., Embrapa Informação tecnológica: Brasília, 2006. Disponível em:
www.agricultura.gov.br



MST. 2008. *Soberania alimentar e energética: um caminho em construção*. Assentamento Fazenda Pirituba.

NOBRE, Gismário Ferreira. **Dilemas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras na relação com o Estado e sociedade:** entre a autonomia e a institucionalização – O caso de Sergipe. Salvador, 2008. 240. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia.

OLIVEIRA, Ariovaldo. Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**, Nº 58, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, set. 1981, p. 5-64.

_____. **A Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

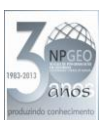
_____. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. Anais do XII Encontro de Geógrafos de América Latina. Uruguai, 2009, ISBN 978-9974-8194-0-5, Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info>.

OLIVEIRA, Ivênio Rubens de.; CARVALHO, Hélio Wilson.; PORTELA, Cláudio Guilherme.; MELO, Kátia Estelina. Avaliação de cultivares de girassol no estado de Sergipe. In: **Circular técnica 53**. Aracaju: EMBRAPA, ago, 2008. Disponível em: < http://www.cpatc.embrapa.br/publicacoes_2008/ct_53.pdf> Acessado em 27 de abr. 2013, 22:45.

POULANZTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Edições Graal/Paz e Terra, 2000.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. **Sergipe**. Brasília, 2008.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. **Sergipe 2 anos**. Brasília, 2009.



PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. **Sergipe: balanço 4 anos (2007 a 2010)**. Brasília, 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**, Ática, São Paulo, 1993.

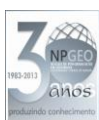
RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**. Presidente Prudente, 2008. 410. Tese. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – Campus de Presidente Prudente. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/biblioteca.php>>. Acessado em: 3 out. 2008.

_____. Estudo das políticas de agrocombustíveis e soberania alimentar em Sergipe. In: LOPES, Eliano Sérgio (org.). **A aventura do conhecimento e a pesquisa social em Sergipe**. Aracaju: Criação, 2012, p. 431 – 439.

_____. A substituição da reforma agrária por programas de combate à pobreza e à miséria no Brasil. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva, TELLO, S. P., DAMIAN, A., DEDECA, C. S., ORTEGA, D. (Org.). **Multidimensionad de la pobreza: propuesta para su definición y evaluación en America Latina y Caribe**. 1ed. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2013, v. 1, p. 30-70. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/area_r_internacionales/3a2_libro_detalle.php?idioma=&id_libro=780&pageNum_rs_libros=1>.

ROUSSEFF, Dilma. **Biodiesel. O novo combustível do Brasil**. Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Brasília: Ministério das Minas e Energia, 2004. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/galerias/arquivos/biodiesel/cartilha_biodiesel_portugues.pdf>.

SILVA, Maria Suzana; BRASIL, Osiris Ashton Vital; VAZ, Victor Hugo da Silva. **Impactos da produção e uso do Biodiesel no estado de Sergipe**. Anais da I Jornada Sergipana de Energia. Aracaju: SergipeTec, 2008.



WILKINSON, John; HERRERA, Selena. **Os agrocombustíveis no Brasil:** quais perspectivas para o campo? Brasília: Oxfam Internacional no Brasil, 2008.

VIA CAMPESINA – BRASIL. 2007a. *Soberania alimentar, os agrocombustíveis e a soberania energética: subsídios para estudo*. Brasília.

VIA CAMPESINA – BRASIL. 2008. O campesinato produz alimentos, os agrocombustíveis geram fome e pobreza. Available from: http://movimientos.org/cloc/show_text.php3?key=12798 [Accessed 16 January 2010].

VIA CAMPESINA – BRASIL. 2007b. Posição da Via Campesina sobre o agrocombustível. Available from: <http://www.mst.org.br/node/3732> [Accessed 16 January 2010]

